

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): O procedimento está tramitando regularmente, tendo sido ampliada a extensão da medida cautelar em decisão ulterior e autônoma, objeto de segundo Agravo Regimental, também pautado, sucedido do exercício da ação penal pelo Ministério Público Federal, com o devido processamento, nos termos da Lei. 8.038/1990.

Mantenho a decisão agravada, a seguir transcrita:

“Trata-se de pedido de decretação de medidas cautelares e de outras providências formulado pela Procuradoria-Geral da República relacionados à investigação de evento ocorrido no dia 29.10.2022, por volta das 16:30 hs., em que a Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, no cruzamento das Alamedas Joaquim Eugênio de Lima e Lorena, Jardins, na cidade e Estado de São Paulo, teria sacado e apontado arma de fogo, além de disparo realizado por VALDECIR SILVA DE LIMA DIAS, agente que acompanhava a parlamentar, apurado autonomamente (Auto de Prisão em Flagrante 1524549- 29.2022.8.26.0228 da Comarca de São Paulo (DIPO 3 - Seção 3.2.2).

Conforme decisão proferida nesta apuração, a competência do Supremo Tribunal Federal já foi firmada:

‘Diante desse contexto, observo que os crimes possivelmente vinculados à autoridade com foro por prerrogativa de função foram cometidos no exercício do atual mandato de parlamentar federal e em razão de discussões políticas relativas às eleições e ao posicionamento político-partidário da Deputada Federal.

Por esses motivos, reconheço, desde já, a competência desta Corte para processamento e supervisão das investigações, com base na norma prevista pelo art. 102, I, b, da CF/88, e no precedente estabelecido pelo STF no julgamento da Questão de Ordem na Ação Penal nº Revisado PET 10674 AGR / SP 937’.

No que se refere especificamente às diligências investigativas requeridas pela PGR, registro que o auto de prisão em flagrante nº 1524549-29.2022.8.26.0228 já foi recebido por esta Corte, sendo distribuído por prevenção a esta Relatoria nos autos da PET 10.674, a qual deverá ser encaminhada ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Promovidas diligências preliminares, inclusive com a oitiva da investigada e manifestação dos noticiantes do evento apurado (e-Doc

15), a Procuradoria Geral da República se manifestou, em 19.12.2022, nos seguintes termos:

‘A Procuradoria-Geral da República realizou a oitiva da Deputada Federal, conforme mídia anexa, oportunidade em que a parlamentar relatou, em apertada síntese, que foi interceptada por apoiadores do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que teriam passado a ofendê-la com xingamentos e palavras de baixo calão, e dizendo que amanhã é Lula, circunstância que lhe fez sacar a arma de fogo e apontá-la em direção a LUAN ARAUJO em legítima defesa de sua honra.

Em princípio, os ilícitos investigados caracterizam o crime de porte ilegal de arma de fogo, na medida em que a falta de iniciativa persecutória da provável vítima do delito previsto no artigo 147 do Código Penal impede o início da persecução penal por crime de ação penal pública condicionada à representação, nos termos do parágrafo único do mesmo dispositivo legal.

Conquanto a autoridade com foro prerrogativa de foro tenha porte de arma de fogo para defesa pessoal, o artigo 20, caput, do Decreto nº 9.847/20193, não lhe autoriza o seu uso ostensivo, nem adentrar ou permanecer em locais públicos ou onde haja aglomeração de pessoas, circunstância indicativa de que o manejo da arma de fogo ocorreu em desacordo com as disposições regulamentares pertinentes.

Acrescente-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal referendou a medida cautelar concedida na Arguição de Descumprimento Preceito Fundamental nº 779 MC-REF/DF4 para conferir interpretação conforme a Constituição aos artigos 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, de modo a excluir a defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa.

A existência de indícios de autoria e de materialidade do delito de porte ilegal de arma de fogo torna necessária a adoção de medidas cautelares tendentes a evitar a prática de infrações penais desse mesmo jaez, seja mediante a suspensão do direito ao porte de arma, seja mediante a entrega voluntária, seja ainda pela via da busca e apreensão pessoal ou domiciliar do armamento utilizado para cometer o delito, nos termos do artigo 240, §1º, alínea d, e do artigo 282, inciso I e II, ambos do Código de Processo Penal.

Cuidam-se de medidas acautelatórias compatíveis com a gravidade do crime em apuração, as circunstâncias do fato e as condições pessoais da investigada que, na qualidade de parlamentar federal, apontou arma de fogo contra popular por desavenças verbais e políticas.

O tensionamento político atual, a iminente transição pacífica de poder e o porte indevido da arma de fogo para suposto exercício do direito de defesa da honra revelam que a suspensão cautelar do porte e a apreensão da arma de fogo são medidas suficientes para coibir a reiteração do delito investigado e resguardar a ordem pública.

Os autos indicam a presença dos pressupostos para a celebração de acordo de não persecução penal, nos termos do artigo 28-A da Lei Processual Penal, instrumento hábil, necessário e proporcional à reprovação do crime, considerando a periculosidade social da ação, o grau de reprovabilidade do comportamento do agente e o grau de lesão jurídica provada.

Nesse contexto, faz-se necessário a concessão de prazo para que as tratativas do acordo sejam ultimadas pelo Ministério Público Federal, a investigada e a sua defesa.

Ante o exposto, a Procuradoria-Geral da República requer, nos termos do artigo 240, §1º, alínea d, e do artigo 282, inciso I e II, ambos do Código de Processo Penal, e do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, a decretação das medidas cautelares de (a) suspensão do porte de arma de fogo sob registro de nº A00111149 com a imediata comunicação da medida à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal; e (b) apreensão da pistola, marca Taurus Armas S.A., modelo G3C, calibre 9 MM., arma nº ACM665908, cadastro SINARM nº 2021/904709329-61, e das respectivas munições (artigo 28- A, inciso II, do Código de Processo Penal), no endereço residencial ou profissional da investigada, com a adoção prévia de iniciativas para que o armamento seja entregue de forma voluntária.

Pugna, por fim, pela juntada mídia com as declarações prestadas pela investigada, bem como a concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam iniciadas as tratativas para a celebração de acordo de não persecução penal com a investigada e a sua defesa técnica'.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O caráter limitador do legítimo direito de punir estatal atribuído à persecução penal pressupõe que esta ocorra estritamente com suporte nas no devido processo legal. Para que a intervenção estatal opere nas liberdades individuais de forma legítima, é imprescindível que se preste deferência à estrita legalidade e às garantias fundamentais.

A partir da introdução da Lei 12.403/2011, a sistemática binária (prisão-liberdade) foi substituída pela consolidação do encarceramento preventivo como ultima ratio, justificável somente quando não cabível a substituição pelas medidas diversas da prisão preconizadas no art. 319 do Código de Processo Penal. Não obstante, a imposição das referidas medidas cautelares também deve se dar de forma excepcional, norteadas por uma lógica de restrição progressiva de direitos em medida proporcional à necessidade do periculum libertatis.

Como bem pontua Aury Lopes Jr. (LOPES JR., Aury. Direito processual penal . São Paulo: Saraiva, 2020, p. 1029): 'Ainda que concebidas como medidas substitutivas da prisão preventiva, com o tempo as medidas cautelares diversas acabaram adquirindo o caráter

de medidas autônomas, nos casos em que a pena máxima imposta ao delito é inferior a 4 anos. São situações em que não cabe a prisão preventiva e, portanto, as medidas cautelares diversas adquirem o status de medidas autônomas. Inobstante sua autonomia em relação à preventiva, não deixam de ser medidas cautelares e, portanto, exigem, além do *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, a observância da *principiologia constitucional*.

Assim é que, em atendimento ao princípio da proporcionalidade, cabe ao magistrado sempre mediante requerimento do titular da ação penal, frise-se a adoção da solução processual acautelatória menos gravosa e mais adequada à preservação dos bens jurídicos envolvidos, reduzindo a intervenção ao estritamente necessário à integridade do objeto da apuração, dos envolvidos e do interesse público subjacente. De acordo com os ensinamentos de Renato Brasileiro de Lima (Manual de Processo Penal . Salvador: JusPodivm, 2020, p. 1159):

‘Refere-se à possibilidade de adoção de medidas não previstas em lei, porém menos danosas em relação às normativamente positivadas. Em síntese, a medida alternativa menos gravosa assegura a consecução do fim cautelar mediante a restrição daqueles direitos que a medida excluída limita de forma excessiva. Logo, sendo certo que a medida mais danosa a prisão preventiva já se encontra prevista em lei, a restrição do direito limitado pela medida alternativa dispõe de cobertura legal, já que a lei autoriza a limitação em um volume maior que o finalmente ocasionado pelo meio substitutivo menos gravoso. A terceira condição aponta para a existência de meios materiais e humanos a serem providos pelo Poder Público para a execução e fiscalização do cumprimento das medidas adotadas.

Portanto, em virtude do princípio da proporcionalidade, notadamente por força do subprincípio da necessidade, quando cabível uma medida cautelar mais gravosa, poderá o juiz impor medida cautelar alternativa mais branda não prevista no CPP, caso tal medida também seja idônea a assegurar a eficácia do processo.

Com base no art. 3º do CPP, é cabível a aplicação subsidiária do poder geral de cautela previsto no art. 297 do novo CPC, sendo possível, assim, a alternatividade (imposição de medida cautelar alternativa mais branda não prevista na lei processual penal) e a flexibilidade ou redutibilidade (imposição de medida cautelar mitigada com redução de aspectos da medida cautelar cabível para que fique mais branda) das medidas cautelares pessoais do direito processual penal, se a medida alternativa ou mitigada tem idoneidade equivalente’.

No caso, trata-se de imputação da prática do crime de porte ilegal de arma de fogo (Lei 10.826/2003, art. 14), em face do uso ostensivo em desacordo com o art. 20, caput, do Decreto 9.847/2019, havendo pedido por parte do órgão acusador para a expedição de mandado de

busca e apreensão de armas e munições, precedida da determinação de entrega voluntária dos artefatos bélicos, passando-se, por fim, para a suspensão da autorização de porte de arma concedida à investigada.

Diante dos elementos até então colhidos, observo que os documentos juntados aos autos, especificamente o auto de prisão em flagrante, os vídeos do evento e o conteúdo das declarações da investigada, autorizam inferir a presença do *6 funus commissi delicti*, consistente na utilização de arma de fogo para além dos limites da autorização de legítima defesa, desde já afastada a suposta defesa da honra que, além de rejeitada abstratamente pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento Preceito Fundamental 779, mostra-se incoerente com a dinâmica dos fatos até agora apurados. O *periculum in mora* decorre tanto das circunstâncias do evento quanto das manifestações subsequentes promovidas pela investigada na mídia e nas redes sociais quanto à suposta legitimidade do comportamento e, também, com ataques verbais às instituições democráticas, instigando práticas em descompasso com as premissas do Estado Democrático de Direito.

Nesse cenário, entendo que a determinação de busca e apreensão (seja pessoal e/ou domiciliar) é medida invasiva e gravosa que pode ser postergada, por ora, uma vez que se afigura plausível a concessão do prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a entrega voluntária junto à Delegacia da Polícia Federal, bem como é suficiente a ordem de suspensão da autorização para porte de arma diante das circunstâncias do caso concreto. Decorrido o prazo, sem atendimento voluntário, expeça-se mandado de busca e apreensão nos endereços da investigada.

Ante o exposto, com base nos artigos. 282, 319 e seguintes do Código de Processo Penal:

(a) CONCEDO o prazo de 48 (quarenta e oito) hora. para que a investigada CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA proceda a entrega voluntária do armamento e munições (pistola, marca Taurus Armas S.A., modelo G3C, calibre 9 MM., arma nº ACM665908, cadastro SINARM nº 2021/904709329-61, e das respectivas munições) junto à Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal ou de São Paulo;

(b) DETERMINO a suspensão da autorização de porte de arma de fogo de CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, sob registro de n A00111149, devendo-se comunicar imediatamente a Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal;

(c) DEFIRO a juntada documental requerida pela Procuradoria Geral da República;

(d) DEFIRO o prazo de 60 (sessenta) dias para tratativas de Acordo de Não Persecução Penal; e,

(e) Decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem a entrega voluntária da arma de fogo e das munições, a contar da publicação da presente decisão, dada a ciência inequívoca da informação por parte da investigada, EXPEÇA-SE mandado de busca e apreensão, nos termos do art. 240, do Código de Processo Penal da pistola, marca Taurus Armas S.A., modelo G3C, calibre 9 MM., arma nº ACM665908, cadastro SINARM nº 2021/904709329-61, e das respectivas munições.

A presente decisão serve de mandado de intimação e de ofício às autoridades policiais.

Intime-se e expeçam-se as comunicações necessárias para efetivação das medidas.

Os atos subsequentes serão concentrados nos autos da Pet. 10674, evitando-se a duplicidade, motivo pelo qual as respostas e manifestações ulteriores devem ser direcionadas aos autos da Pet. 10674. A Pet. 10665 tramitará em conjunto.

Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 20 de dezembro de 2022”.

Para os fins do processamento dos pedidos cautelares formulados pelo Ministério Público, entendo que a competência do Supremo Tribunal Federal deve ser firmada diante do envolvimento da Deputada Federal, no exercício do mandato, às vésperas do Segundo Turno das Eleições de 2022, em contexto situado diretamente relacionado à atividade parlamentar e em razão do cargo. Anote-se que o porte de armamento estava proibido na véspera das Eleições (TSE, Resolução 23.669/2021, com a redação dada pela Resolução 23.712, de 29 de setembro de 2022; art. 154-A).

A competência originária do Supremo Tribunal Federal decorre da função, do cargo ou do exercício do mandato, a partir da diplomação. Na hipótese de parlamentar federal, consolidou-se a orientação, a partir da Questão de Ordem apresentada pelo Min. ROBERTO BARROSO, na Ação Penal 937 (03.05.2018), no sentido de que:

“O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, resolveu questão de ordem no sentido de fixar as seguintes teses: (i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo, com o entendimento de que esta nova linha interpretativa deve se aplicar

imediatamente aos processos em curso, com a ressalva de todos os atos praticados e decisões proferidas pelo STF e pelos demais juízos com base na jurisprudência anterior, conforme precedente firmado na Questão de Ordem no Inquérito 687 (Rel. Min. Sydney Sanches, j. 25.08.1999)“.

Para fixação da competência, nos casos de Deputado Federal ou de Senador da República, a teor do art. 102, I, b e c, da Constituição da República, os requisitos são:

“(a) prerrogativa durante o exercício de mandato parlamentar, a partir da diplomação; e,

(b) relação de causalidade entre a conduta investigada ou em julgamento com as funções ou em decorrência do exercício da função parlamentar.”

Por consequência, deve-se apurar o liame de causalidade entre o evento e a atividade parlamentar, verificando-se o grau de relação entre a dinâmica fática e as funções exercidas. Logo, se a abordagem à Deputada, no dia dos fatos, ocorreu em face do mandato parlamentar, condição aos atos subsequentes, estão preenchidos os requisitos fixados pelo Plenário quando do julgamento da QO na AP 937. Por ocasião do recebimento da comunicação dos fatos, firmei a competência do Supremo Tribunal Federal, em 5.11.2022 (e-DOC 7), nos seguintes termos:

“Diante desse contexto, observo que os crimes possivelmente vinculados à autoridade com foro por prerrogativa de função foram cometidos no exercício do atual mandato de parlamentar federal e em razão de discussões políticas relativas às eleições e ao posicionamento político-partidário da Deputada Federal.

Por esses motivos, reconheço, desde já, a competência desta Corte para processamento e supervisão das investigações, com base na norma prevista pelo art. 102, I, b, da CF/88, e no precedente estabelecido pelo STF no julgamento da Questão de Ordem na Ação Penal n° 937”.

Anote-se que se a interpretação da QO na AP 937 cobre as manifestações do Parlamentar em face do exercício da função,

independentemente do lugar do evento, então, deve incidir sobre interações sociais em que o mandato parlamentar seja condicionante das condutas penais objeto da apuração e do julgamento.

No julgamento do Inq. 2.330, Min. CELSO DE MELLO, decidiu-se:

“MEMBRO DO CONGRESSO NACIONAL. ENTREVISTA JORNALÍSTICA CONCEDIDA A EMISSORA DE RÁDIO. AFIRMAÇÕES REPUTADAS MORALMENTE OFENSIVAS. PRETENDIDA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA CONGRESSISTA POR SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME CONTRA A HONRA. IMPOSSIBILIDADE. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DISPENSADA AO INTEGRANTE DO PODER LEGISLATIVO. IMUNIDADE PARLAMENTAR MATERIAL (CF, ART. 53, ‘CAPUT’). ALCANCE DESSA GARANTIA CONSTITUCIONAL. TUTELA QUE SE ESTENDE ÀS OPINIÕES, PALAVRAS E PRONUNCIAMENTOS, INDEPENDENTEMENTE DO ‘LOCUS’ (ÂMBITO ESPACIAL) EM QUE PROFERIDOS, ABRANGENDO AS ENTREVISTAS JORNALÍSTICAS, AINDA QUE CONCEDIDAS FORA DAS DEPENDÊNCIAS DO PARLAMENTO, DESDE QUE TAIS MANIFESTAÇÕES GUARDEM PERTINÊNCIA COM O EXERCÍCIO DO MANDATO REPRESENTATIVO. O ‘TELOS’ DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR. DOCTRINA. PRECEDENTES. INADMISSIBILIDADE, NO CASO, DA PRETENDIDA PERSECUÇÃO PENAL POR DELITOS CONTRA A HONRA EM FACE DA INVIOABILIDADE CONSTITUCIONAL QUE AMPARA OS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO PENAL.”

A denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal (e-DOC 74), em tramitação regular, narra o contexto:

“Na data de 29 de outubro de 2022, véspera do segundo turno das Eleições Gerais de 2022, por volta das 16h30, em frente ao restaurante japonês Kiichi, situado na Alameda Lorena, 138 - Jardins, São Paulo - SP, a Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, com vontade livre e consciente, portou, fora dos limites da autorização de defesa pessoal, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, nos termos do artigo 20, caput, do Decreto 9.847 /20191 , 01 (uma) arma de fogo de uso permitido, tipo pistola, marca

Taurus, de munição calibre 9 mm., nº de série ACM665908, com carregador e 04 (quatro) munições intactas 9 mm., cf. Auto de Prisão em Flagrante (fls. 1-18) e Auto de Entrega (fl. 33).

Nas mesmas condições temporais, no Bar e Lanchonete Flor de Lima, localizado na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 1420 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, a Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, de forma livre, consciente e voluntária, constrangeu LUAN ARAÚJO, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, a fazer o que a lei não manda, consistente em permanecer no mencionado estabelecimento comercial e a deitar no chão.

Segundo consta do caderno apuratório e de vídeos veiculados amplamente na mídia, no dia, hora e local dos fatos, havia um aglomerado de pessoas em via pública, dentre eles a vítima LUAN ARAÚJO e a Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA.

Na ocasião, LUAN ARAÚJO repetiu algumas vezes dirigindo-se ao grupo, no qual a parlamentar integrava, os seguintes dizeres: 'Amanhã é Lula', 'Amanhã é Lula, irmão' ('tira o celular de sua mão'), 'Amanhã é Lula, tio', 'Amanhã é Lula, papai', e afirmando, na sequência, que 'Vocês vão voltar para o bueiro de que vocês nunca deveriam ter saído, seus filhos da puta', (...).

Ao afastar-se do grupo, LUAN ARAÚJO referindo-se a parlamentar proclamou: 'Te amo espanhola'.

Em seguida, CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, ao tentar ir atrás de LUAN ARAÚJO, tropeçou e caiu no chão, mas imediatamente se levantou e, juntamente com VALDECIR SILVA DE LIMA DIAS, policial militar que acompanhava a parlamentar, empreendeu perseguição em face da vítima.

Ato contínuo, VALDECIR SILVA DE LIMA DIAS sacou o revólver nº J132043, marca Rossi, calibre .38, e realizou disparo de arma de fogo na Rua Capitão Pinto Ferreira quando estava no encalço do ofendido LUAN ARAÚJO, o qual, acuado, refugiou-se na calçada próxima ao 'Ponto de Táxi Lorena 11 3885-7779'4.

Logo após, enquanto a denunciada CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA e o agente VALDECIR SILVA DE LIMA DIAS continuaram em busca do ofendido, LUAN ARAÚJO - visando desvencilhar-se da ameaça real e concreta do emprego de arma de fogo e de chutes desferidos pelo atirador - voltou a passar em frente ao restaurante Kiichi, ocasião em que um transeunte tentou dar-lhe uma rasteira.

Nesse cenário, a vítima desabalou-se pela Alameda Lorena até abrigar-se no Bar e Lanchonete Flor de Lima, localizado na Alameda Joaquim Eugênio de Lima.

Seguindo no propósito de alcançar a vítima, CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA sacou, em via pública, a pistola municada, colocando em risco a incolumidade de todas as pessoas que ali se encontravam, empunhando-a até o lugar onde LUAN ARAÚJO se homiziou.

Ao ingressar no Bar e Lanchonete Flor de Lima, CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, fazendo uso ostensivo da arma de fogo e apontando-a em direção à vítima, ordenou repetidas vezes para que LUAN ARAÚJO deitasse no chão do estabelecimento comercial, constringendo-o a realizar conduta não prevista em lei.

Em oitiva realizada via videoconferência, bem como nos vídeos carreados aos autos, a denunciada buscou justificar a sua conduta ao afirmar ter sido agredida, empurrada ao chão e xingada. A parlamentar argumentou ter conscientemente perseguido a vítima, empunhando a arma de fogo, em suposta legítima defesa, a fim de que LUAN ARAÚJO parasse e fosse preso em flagrante delito. Disse, ainda, que o ofendido teria lhe pedido desculpas e, após filmar tal pedido, aceitou as escusas e o deixou ir embora. Acrescentou que, no dia anterior aos fatos, recebeu uma série de ameaças via aplicativo WhatsApp, com destaque para uma em que disseram que sua vida seria ceifada com um tiro de 12 (doze).

No contexto delitivo sob análise, após as discussões travadas na frente do Restaurante Kiichi, a Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA sacou e empunhou arma de fogo na direção de LUAN ARAÚJO, quando a vítima, distanciando-se do local dos acontecimentos, não representava nem oferecia perigo ou ameaça real, atual e iminente a sua pessoa ou a de terceiro. Conquanto ostente o porte de arma de fogo de uso permitido para defesa pessoal, CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA não detém autorização para o manejo ostensivo do armamento em via pública e em local aberto ao público contra pessoa do povo que não ensejava qualquer mal, ameaça ou perigo concreto à vida ou à integridade física sua ou de terceiro.

A permissão do porte de arma de fogo conferida à denunciada se destina única e exclusivamente à sua defesa pessoal; jamais para constringer a liberdade de interlocutor e a fazer com ele se desculpe dos seus posicionamentos políticos, preferências eleitorais e supostos atos injuriosos manifestados, ainda que a pretexto de resguardar, em tese, sua honra maculada.

A propósito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal referendou a medida cautelar concedida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 779 MC-REF/DF6 para conferir aos artigos 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, ambos do Código Penal7,

interpretação conforme a Constituição Federal, de modo a excluir a defesa da honra do âmbito da hipótese de exclusão de ilicitude consubstanciada na legítima defesa.

Cumprido destacar que a utilização ostensiva de armamento em via pública por CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA foge do abrigo permissivo do porte e modificou a situação de perigo abstrato para situação de perigo concreto, não só em face de LUAN ARAÚJO contra quem foi dirigida a ação, como em face de toda a coletividade cuja segurança e paz sob a tutela do artigo 14, caput, da Lei nº 10.826/2003 foram sensivelmente comprometidas.

Diante dos fatos elencados, a PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA oferece a presente DENÚNCIA em desfavor de CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA como incurso no artigo 14, caput, da Lei 10.826/20038 (porte ilegal de arma de fogo) e artigo 146, § 1º, do Código Penal (constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo), observadas as regras do artigo 69, caput, do Código Penal (concurso material). À luz da imputação criminal descrita, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer:

- a) a notificação da denunciada para a apresentação de resposta preliminar à ação penal proposta, nos termos da Lei nº 8.038/1990;
- b) o recebimento da denúncia, com a citação da denunciada para oferecimento de resposta aos termos da matriz persecutória;
- c) a deflagração da instrução processual, com a oitiva das testemunhas abaixo arroladas e do ofendido e, ao final, o interrogatório da denunciada;
- d) ao final da instrução, seja julgada procedente a pretensão punitiva, para condenar a denunciada como incurso nas penas previstas no preceito secundário dos tipos incriminadores;
- e) a decretação da pena de perdimento da arma de fogo utilizada no contexto criminoso, bem como o cancelamento definitivo do porte de arma de fogo da denunciada;
- g) sem prejuízo dos pedidos anteriores e das custas processuais, seja a denunciada condenada por danos morais coletivos, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- h) seja requisitada ao Juízo do Foro Central Criminal da Barra Funda cópia integral dos autos nº 1524549- 29.2022.8.26.022810 , em que se apura a conduta do policial militar VALDECIR SILVA DE LIMA”.

Embora ainda não admitida, porque em processamento preliminar, nos termos da Lei 8.038/1990, com a necessária notificação preliminar da investigada (art. 4º), a denúncia ofertada delimita os contornos do evento histórico referência, descrevendo o vínculo entre a atividade parlamentar e os fatos objeto deste procedimento.

Quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante de VALDECIR SILVA DE LIMA DIAS, a Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA declarou (e-DOC 1, p. 7):

“Presente nesta Distrital a parte Carla Zambelli, a qual realiza atividade laboral na qualidade de Deputada Federal, nos informando que na data dos fatos se encontrava no interior 15 Revisado PET 10674 AGR / SP estabelecimento comercial denominado "Kiichi" localizado na Alameda Lorena, 138 - Jardins, São Paulo junto de seu filho e amigos, em uma mesa situada em local visível para as pessoas que transitavam pelo passeio público, onde, logo em seguida, se deslocariam até uma Delegacia de Polícia para o registro de diversas ameaças sofridas [...]”. (grifo meu)

O conduzido VALDECIR SILVA DE LIMA DIAS (e-DOC 1, p. 10), por sua vez, afirmou expressamente:

“Que é amigo pessoal de Carla Zambeli e nesta data ela o chamou para almoçar no restaurante Kiichi situado na Alameda Lorena. Que estavam conversando no interior do estabelecimento quando Carla lhe disse. que desde a noite passada vem recebendo varias ligações, as quais a pessoa lhe ameaçava e, por isso, iria até uma Delegacia de Polícia depois para registrar essas ameaças e lhe pediu para ir junto. Após almoçarem quando estavam saindo do restaurante na calçada dois homens os abordaram, os quais reconheceram Carla como Deputada Federal e um deles sendo um moreno alto começou a proferir ofensas a ela dizendo: ‘sua vagabunda, desgraçada ... maldita, você não presta’, em seguida disse: ‘sua puta espanhola’, esclarecendo neste momento ele se aproximou e ficou bem perto e quase encostou o nariz em Car1a. Aduz que na sequência ele disse: ‘amanhã é Lula sua vagabunda’”. (grifo meu)

As declarações do envolvido LUAN ARAÚJO (e-DOC 1, p. 9) corroboram o liame:

“Que nesta data estava saindo de uma hamburgueria chamada Big Kahuna situada na Rua Alameda Lorena indo em direção ao carro de seu amigo Reinaldo que estava estacionado em frente a outro restaurante, quando visualizou a Deputada Carla Zambeli aparentemente saindo de um restaurante acompanhada por outras pessoas~ momento cm que ouviu uma pessoa gritar: ‘aqui é Tarcísio’, em seguida respondeu: ‘amanhã é Lula vocês vão perder’,

iniciando-se, assim, uma discussão com a Deputada e seus acompanhantes. [...]”. (grifo meu).

Em consequência, a causa do evento vincula-se diretamente à condição de Deputada Federal, atraindo a competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, b, da Constituição e da Questão de Ordem na Ação Penal 937.

Aliás, a ausência de prisão em flagrante da Deputada Federal CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA decorreu justamente da incidência do Foro por Prerrogativa de Função que, contraditoriamente, pretende ver afastada no momento. Por essas razões, reafirmo a competência do Supremo Tribunal Federal.

A alegação de legítima defesa putativa deverá ser analisada quando do julgamento de mérito, inexistindo elementos suficientes ao acolhimento do pleito na atual fase procedimental. A legítima defesa invocada, exigiria demonstração inequívoca, ausente no contexto, sem prejuízo de avaliação oportuna.

Em relação às cautelares deferidas, o pedido formulado pelo Ministério Público pretendia o deferimento de busca e apreensão do armamento referenciado. Atendendo ao preceito da proporcionalidade, entendi a possibilidade de aplicação do Poder Geral de Cautela Restritivo, isto é, a autoridade judiciária pode, dentro do espectro máximo requerido pelo legitimado, atendendo às circunstâncias fáticas, deferir medidas cautelares menos gravosas, mantendo a diretriz da mínima intervenção na esfera privada, em observância aos direitos fundamentais do investigado. Ao mesmo tempo, o Poder Geral de Cautela Expansivo, para além do limite requerido, mostra-se ilegal, em face do pressuposto da inércia da Jurisdição. É que se a Jurisdição precisa ser acionada, o limite do pedido estabelece as fronteiras da atividade jurisdicional, porque seria o equivalente ao deferimento de medidas cautelares não solicitadas expressamente. Em síntese, o julgador sempre estará autorizado a deferir medidas cautelares menos gravosas, desde que dentro do espectro do pedido formulado e com o mesmo suporte fático.

Neste sentido, a adoção do rol de medidas cautelares previstas expressamente em Lei Processual Penal (CPC, art. 319 ou Leis Especiais), atende ao pressuposto da Tipicidade Processual Penal, autorizando, também, desde que menos gravosas, o uso analógico do Código de Processo Civil (art. 139, IV), por força do art. 3º do Código de Processo Penal.

Em consequência, a decisão cautelar que determinou a entrega voluntária do armamento e suspendeu o porte de arma considerou a existência de *fumus commissi delicti*, consistente no uso de arma de fogo, em princípio, fora dos limites legais, e do *periculum in mora*, decorrente da permanência dos artefatos com a Deputada CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, além das declarações subsequentes quanto à legitimidade do comportamento. Transcrevo o tópico da decisão recorrida:

“Diante dos elementos até então colhidos, observo que os documentos juntados aos autos, especificamente o auto de prisão em flagrante, os vídeos do evento e o conteúdo das declarações da investigada, autorizam inferir a presença do *fumus commissi delicti*, consistente na utilização de arma de fogo para além dos limites da autorização de legítima defesa, desde já afastada a suposta defesa da honra que, além de rejeitada abstratamente pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento Preceito Fundamental 779, mostra-se incoerente com a dinâmica dos fatos até agora apurados. O *periculum in mora* decorre tanto das circunstâncias do evento quanto das manifestações subsequentes promovidas pela investigada na mídia e nas redes sociais quanto à suposta legitimidade do comportamento e, também, com ataques verbais às instituições democráticas, instigando práticas em descompasso com as premissas do Estado Democrático de Direito.

Nesse cenário, entendo que a determinação de busca e apreensão (seja pessoal e/ou domiciliar) é medida invasiva e gravosa que pode ser postergada, por ora, uma vez que se afigura plausível a concessão do prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a entrega voluntária junto à Delegacia da Polícia Federal, bem como é suficiente a ordem de suspensão da autorização para porte de arma diante das circunstâncias do caso concreto. Decorrido o prazo, sem atendimento voluntário, expeça-se mandado de busca e apreensão nos endereços da investigada.

Ante o exposto, com base nos artigos. 282, 319 e seguintes do Código de Processo Penal:

(a) CONCEDO o prazo de 48 (quarenta e oito) hora. para que a investigada CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA proceda a entrega voluntária do armamento e munições (pistola, marca Taurus Armas S.A., modelo G3C, calibre 9 MM., arma nº ACM665908, cadastro SINARM nº 2021/904709329-61, e das respectivas munições) junto à Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal ou de São Paulo;

(b) DETERMINO a suspensão da autorização de porte de arma de fogo de CARLA ZAMBELLI SALGADO DE OLIVEIRA, sob registro

de n A00111149, devendo-se comunicar imediatamente a Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal”.

Por isso, sem prejuízo de posterior análise, entendo presentes os requisitos legais autorizadores da concessão e manutenção das medidas cautelares impostas pela decisão agravada.

Ante o exposto, reafirmando o conteúdo da decisão, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.

Plenário Virtual - minuta de voto - 10/02/2013 00:00